



Anais da Assembléia

Nº 16

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 12.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 1984 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliese, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcelos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58)

Verifica a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE

Mensagens

Curitiba, 26 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Através da presente encaminho a Vossa Excelência para fins de exame e deliberações dessa Augusta Casa de Leis a inclusa proposição formulada pelo Egrégio Tribunal de Alçada, objetivando alterar dispositivos do Quadro de Pessoal de sua Secretaria, conforme Ofício nº 005/84, da Presidência daquele Tribunal, a mim dirigido em 08 de fevereiro próximo passado e cujo inteiro teor, em cópia autêntica, segue em anexo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Os cargos de provimento em comissão de Diretor de Departamento e Diretor de Gabinete do Presidente, previstos na Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.577, de 12 de

maio de 1982, passam a ter a simbologia DAS - 3.

Parágrafo único. O cargo de Assessor de Recursos, previsto na Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.577/82, passa a denominar-se Diretor da assessoria de Recursos, com a simbologia DAS - 3.

Art. 2.º Os cargos de provimento em comissão de Assessor de Gabinete do Presidente, Assessor de Gabinete do Vice-Presidente e de Assessor de Gabinete do Secretário, constantes da Tabela I, do Anexo II, da Lei nº 7.577/82, passam a ter simbologia DAS - 5.

Art. 3.º Ficam criados um cargo de provimento em comissão de Assessor de Recursos e cinco cargos de provimento em comissão de Assessor Judiciário, todos com a simbologia DAS - 5.

Art. 4.º A vantagem prevista no artigo 9.º da Lei nº 7.784, de 14 de dezembro de 1983, fica estendida aos ocupantes dos cargo da carreira de Assessor Jurídico, que integrou a Tabela II, Anexo I, da Lei nº 7.577/82, em face da incompatibilidade com o exercício da advocacia, prevista no artigo 82, da Lei Federal nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

Parágrafo único. Estende-se a gratificação de produtividade prevista no artigo 8.º da Lei 7.784/83, aos ocupantes do cargo de Programador de Computador, que integram a Tabela II, Anexo I, da Lei nº 7.577/82.

Art. 5.º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta do Orçamento do Tribunal da Alçada.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TRIBUNAL DE ALÇADA

Nº 055-GS/GP-84

Curitiba, 08 de fevereiro de 1984.

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa adequar convenientemente, determinados cargos, em comissão do atual Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, à recente Lei nº 7.784, de 14 de dezembro de 1983, que alterou o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Preliminarmente, Senhor Governador, esclareço a Vossa Excelência, que pela Lei nº 7.577, de 12 de maio de 1982, deu-se nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, tendo como base a denominação e a simbologia dos cargos a carreiras do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Ocorre que, recentemente, conforme a Lei nº 7.784, alterou-se a simbologia de vários cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça e atribui-se vantagens aos ocupantes das carreiras de Assessor Jurídico e Programador de Computador, alterações e essas vantagens deferidas que, por questão de absoluta equidade, devem, data vênica, ser estendidas ao pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, dada a semelhança de atribuições exercidas pelos servidores da Secretaria deste Tribunal em face das desenvolvidas por aqueles.

Assim sendo, o artigo 1.º do anteprojeto, tem como base o artigo 4.º da Lei 7.784; o Parágrafo único do artigo 1.º escora-se no Parágrafo único do artigo 4.º da supra citada Lei; o artigo 2.º do anteprojeto funda-se no artigo 6.º da Lei 7.784, "mutatis mutandis"; o artigo 4.º do anteprojeto baseia-se no artigo 9.º da Lei 7.784; o Parágrafo único do artigo 4.º do citado anteprojeto, funda-se no artigo 8.º da Lei antes referida e,

finalmente, o artigo 3.^o do anteprojeto, esteia-se no ato oriundo da necessidade de ser criada mais um cargo, em comissão, de Assessor de Recursos DAS-5, tendo em vista o aumento considerável de recursos extraordinários encaminhados à Presidência do Tribunal de Alçada, acrescido da circunstância decorrente da criação, também, de mais cinco cargos, em comissão, de Assessor Judiciário DAS-5, como consequência da Mensagem 01/84, remetida à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por Vossa Excelência, em 19 de janeiro do corrente ano, e que visa a criação de cinco cargos de Juizes do Tribunal de Alçada, sendo aqueles destinados ao assessoramento destes.

Certo da acolhida que Vossa Excelência dará ao presente, louvo a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Governador, minhas expressões de profunda admiração e apreço.

(a) LUIZ JOSÉ PERROTTI

Presidente

Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, atendida as formalidades regimentais, seja consignado na ata da sessão dos trabalhos do dia de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da viúva Palmira Scheiffer Portella, ocorrido ontem no Município de Ponta Grossa, neste Estado.

REQUER, outrossim, seja encaminhada xerocópia do teor deste a Digníssima Família ora enlutada, na pessoa do Doutor Roberto de Jesus Portella, Chefe do Centro de Saúde de Ponta Grossa, neste endereço.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

A extinta era pessoa das mais respeitadas e relacionadas na coletividade pontagrossense, deixando enlutada não só os membros de sua família, como também, toda aquela sociedade.

Assim sendo, entendemos que esta Casa de Leis deve render esta homenagem a tão insigne figura, que, lamentavelmente, acaba de nos deixar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, sugerindo a implantação de balizamento noturno do Aeroporto de Umuarama.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Noroeste paranaense, limitrofe com terras matogrossenses e paraguaias, constitui-se em total ponto de apoio no que tange à alimentação de sistemas, como bancário, industrial, comercial, estudantil e destacadamente na produção, distribuições e comercialização de safras agropastoril. Isto tudo considerado, chega-nos, pelo progresso a exigir rápidas ações, a aviação, presença que reflete o esplendor do progresso, sistema que depende das estruturas em terra, a pedir, além de boas pistas de aeroportos, balizamentos, inclusive os destinados a vôos noturnos que se prestam para assegurar viagens noturnas normais ou de emergência como acontecem

com frequência ultimamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente, que após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem CARLOS ALBERTO ANDRADE, ocorrido ontem na cidade de Peabiru - Pr.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja levada ao conhecimento dos familiares no seguinte endereço: A/C de Jorge da Silva Pinto, Rua D.B. Bello, s/n.^o Peabiru - - Paraná.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social; solicitando a instalação de um miniposto de Saúde no local denominado Gleba - 29, no Município de Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Referendando os contatos telefônicos mantidos sobre o assunto, estamos formalizando nossa solicitação para instalação de um miniposto de Saúde no local denominado Gleba - 29, no Município de Querência do Norte.

Trata-se, como já é do conhecimento, de um projeto pioneiro realizado naquele local, envolvendo uma associação comunitária (ADECON), Prefeitura Municipal, FUNDEC (Banco do Brasil) Cooperativa local, ACARPA e ITC.

Nele em área arrendada, alocou-se cem famílias de bóias-frias e ilhéus (dois alqueires por família), iniciando-se a produção de algodão entre famílias antes desamparadas. A experiência neste ano apresentou excelentes resultados, recuperando para a sociedade tais famílias e estimulado, a que não apenas esse projeto receba nosso total apoio, como ainda, outras iniciativas como essa sejam implementadas. Até por que Sr. Secretário, é ponto de honra para o atual Governo, a recuperação dos sem-terras e o irrestrito apoio governamental a eles.

Conhecendo o alto espírito público e a sensibilidade extraordinária que caracterizam a ação de Vossa Excelência à frente dessa importante pasta é que me tranquiliza quanto à importância que será dada a esta reivindicação.

Certos de que esta justa reivindicação do laborioso povo da Gleba 29 será atendida no mais curto espaço de tempo, aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e admiração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Fabiano Saporiti Campelo, Diretor - Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, pela implantação de rede de água potável na área do Parque Industrial de Umuarama, através da Secretaria do Interior.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O contrato de concessão firmado entre o Município de

Umuarama e a SANEPAR, no parágrafo quarto da cláusula quinta, determina ser encargo da concessionária o projeto e a execução de rede de água nos Distritos Industriais.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pedindo urgência no envio do Estatuto da Microempresa ao Congresso Nacional.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Leitão de Abreu, Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, solicitando uma maior agilização para o envio do Estatuto da microempresa ao Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Conhecedor da simpatia de Vossa Senhoria pela causa da Microempresa, responsável pela oferta de 70% da mão-de-obra do País, solicitamos urgência no envio do Estatuto da Microempresa para devida apreciação do Congresso Nacional.

O motivo que nos leva a defender esta causa é o acompanhamento de perto da luta dos microempresários do meu Estado.

No Paraná existem cerca de setenta mil microempresas - se cada um admitir dois funcionários, teremos a oferta de cento e quarenta mil novos empregos. Se ocorrer ao contrário muito provável, aliás caso permaneça inalterado o tratamento fiscal e creditício às mesmas, teríamos cento e quarente mil novos desempregados.

A situação é crítica. Acompanhamos as dificuldades deste setor e sensibilizados, pelas sombrias perspectivas é que voltamos a insistir. Não é mais admissível que a proposta de Estatuto da Microempresa continue embolorando nas gavetas do Palácio do Planalto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de congratulação à IGREJA SEICHO-NO-IE DO BRASIL, na pessoa de seu Coordenador, Sr. HOSUKI NAKAI, pela inauguração da Sede do Núcleo, em Morretes. Solicita, outrossim, que dos termos deste requerimento seja dada ciência ao Sr. Nakai (Caixa Postal 32, Morretes).

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

Domingo, dia 1º de abril, quando assistimos a palestra do Diretor da Igreja, Sr. YOSHIO MUKAI, por ocasião da inauguração da Sede do Núcleo, tivemos oportunidade de conhecer o grande conteúdo humano das pregações, o que constitui, sem dúvida alguma, uma filosofia de grande alcance social, ministrando ensinamentos de grande importância.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário envio de expediente ao Secretário da Secretaria da Administração, para juntamente com o Excelentíssimo Governador do Estado, urgenciar medidas a fim de que todos os

celetistas deste Estado, possam ter atendimento através do Instituto de Previdência do Estado (IPE).

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Tal medida, visa dar atendimento e a devida atenção que o INPS, por causa da crise nacional, não tem dado ao segurado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da CAFÉ DO PARANÁ, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja instalado um escritório da CAFÉ DO PARANÁ, na municipalidade de MOREIRA SALLES.

Há muito que já é aguardada a instalação de um escritório daquela referida Companhia, uma vez que com a sua existência, poderá se ter uma estrutura condizente com o porte de MOREIRA SALLES.

Com as constantes evoluções verificadas na agricultura e pecuária, é imperativo aos que atuam no setor rural possam acompanhar tal processo, oferecendo-lhes um apoio técnico, através da comercialização de produtos que oriente o melhor uso do solo ou os mais adequados métodos de criação de animais.

Espera-se por parte da dessa Secretaria de Estado da Agricultura, o estabelecimento de medidas que assegurem a imediata instalação do referido pedido, cujas exigências foram previamente atendidas.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para possibilitar a realização de reformas gerais no estádio municipal existente no Distrito de LUIZIANA, pertencente a Municipalidade de CAMPO MOURÃO.

Atualmente, LUIZIANA tem participado de diversas atividades esportivas em vários níveis de competição cuja obtenção dos resultados tem contribuído para que aquele Distrito adquira cada vez mais um respaldo neste meio.

Porém, são grandes as reclamações existentes naquela localidade, especialmente feitas por parte das lideranças da comunidade, no que diz respeito ao esporte, mais especificamente sobre estádio municipal de futebol. Encontra-se em péssimas condições, com vários problemas, tais como: grama ruim, cerca em estado precário, falta de instalações adequadas para acomodação do público ou dos atletas.

É imprescindível contar com o apoio dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, o que por certo permitirá que o setor esportivo alcance resultados ainda maiores dos já existentes.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o

Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, Dr. Nilton Miguel Friedrich, e ao Excelentíssimo Sr. Diretor Presidente da COPEL, Dr. Ary Queiroz, em que solicita o restabelecimento da plena normalidade no fornecimento de energia elétrica ao Município de Corbélia e região.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Tem sido constante a reclamação dos moradores da cidade de Corbélia e seus distritos, no que concerne ao fornecimento de energia elétrica.

Constantes interrupções do fornecimento, queda de voltagem e outros problemas têm gerado prejuízos a consumidores, seja na deterioração dos bens perecíveis, seja na "queima" de eletrodomésticos.

Neste sentido, requeremos sejam adotadas providências urgentes para a superação do problema. Anexos, ofícios informativos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido de que sejam desenvolvidas vistorias no Grupo Escolar "João D'Oliveira Gomes", localizado no Distrito de Farol, pertencente à municipalidade de Campo Mourão.

De iniciativa do Excelentíssimo Sr. José Laurindo Klaus, nobre Vereador da Câmara Municipal de Campo Mourão, este afirma a real necessidade de se proceder a realização de reformas gerais naquele estabelecimento educacional, uma vez que as instalações estão em péssimas condições e que coloca, sem dúvida alguma, em risco os estudantes, funcionários e professores.

Trata-se de mais uma das escolas vítimas de uma política vivida no governo anterior, onde existiu um grande abandono para com os prédios escolares da rede, cujos reflexos, nos dias de hoje, ainda se fazem sentir.

Espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, o atendimento do pedido ora reivindicado, conforme exposição das referidas razões.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Secretário de Estado do Interior, Dr. Nilton Miguel Friedrich e Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Dr. Fabiano Campelo, em que solicita a instalação de rede de água no Distrito de Penha, Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Através do Ofício DP/348/84, o Diretor-Presidente da SANEPAR informa ao Secretário de Estado do Interior que a construção do Sistema de Abastecimento de Água na localidade de Penha foi incluída na Programação de Obras de Comunidades de Pequeno Porte - CPP/84.

Com efeito, esta informação atende plenamente a reivindicação processada pela comunidade corbeliense e suas lideranças. O presente requerimento tem, contudo, o papel de refor-

çar a urgência desta providência, manifesta na lista de abaixo-assinado. Acompanha, outrossim, o mapa do distrito, ofício do Prefeito de Corbélia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Planejamento, Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, em que solicita o ressarcimento à Prefeitura Municipal de Corbélia, de despesas ocasionadas pela pavimentação de ruas em próprios do Estado.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Em audiência mantida com o Governador do Estado do Paraná, Dr. José Richa, da qual participaram o Prefeito Delso José Trentin, de Corbélia, o Presidente do Diretório do PMDB, Laudemir Turra e o Deputado proponente, estabeleceu-se que o Estado ressarciria ao Município de Corbélia as despesas oriundas da pavimentação de ruas em próprios estaduais.

Fixado que o município aludido fora discriminado pelo Governo do Estado no tocante ao repasse de recursos que lhes eram devidos, contatos foram mantidos com a Secretaria de Estado do Planejamento.

A compreensão consistia em que, uma vez dada a decisão ao nível da Governadoria do Estado, cabia então, à SEPL, sua execução.

Entretanto, dadas situações diversas, esta decisão terminou por não ser cumprida até o presente. Neste sentido, estamos reiterando a reivindicação formulada pelo Ofício DT.012/84 - G, da Prefeitura Municipal de Corbélia, como segue:

1.	Agência de Rendas		
1.1	Rua Margarida		
a)	14 m2 de asfalto	Cr\$	840.000,00
b)	20 m.l. de meios-fios e sargetas	Cr\$	130.000,00
2.	Escolas Estaduais		
2.1	Escola Amâncio Moro - Rua Margarida		
a)	17,50m2 de asfalto	Cr\$	1.050.000,00
b)	21,50 m.l. de meios-fios e sargetas	Cr\$	139.750,00
2.2	Escola Duque de Caxias - Rua Lírio		
a)	31,50m2 de asfalto	Cr\$	1.890.000,00
b)	41,50 m.l. de meios-fios e sargetas	Cr\$	269.000,00
2.3	Escola Castro Alves - Rua Margarida		
a)	56,00m2 de asfalto	Cr\$	3.360.000,00
b)	81,50 m.l. de meios-fios e sargetas	Cr\$	529.000,00
3.	Delegacia de Polícia - Rua Rosa		
a)	34,30 m2 de asfalto	Cr\$	2.058.000,00
b)	45,40 m.l. de meios-fios e sargetas	Cr\$	295.750,00
TOTAL GERAL		Cr\$	10.563.000,00

Considerando o espírito municipalista que rege nosso Governo, em particular a Pasta do Planejamento, solicitamos rápida decisão favorável ao presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que se desenvolva imediata reavaliação do funcionamento da Sub-Delegacia em IV Centenário, pertencente à municipalidade de Goioerê.

Encontra-se aquele organismo policial em muitas dificuldades, conforme relato realizado pelo seu Sub-Delegado o Sr. Raimundo Bernardino Rodrigues, a começar pela parte funcional, não existindo, entre outras coisas, móveis para escritório, tais como:

- a) máquina de datilografia
- b) mesas e cadeiras
- c) armários para uso de arquivo
- d) materiais de expediente.

É de capital importância que esta Pasta providencie a execução de medidas que possam garantir a eliminação dos problemas ora expostos, o que sem dúvida virá a oferecer aos moradores daquele distrito, maior tranquilidade no que se refere ao setor policial.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, Dr. José Brandt, em que solicita informações sobre matérias que especifica, através da Secretaria das Finanças.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O processo de debate no seio da sociedade civil paranaense tem propiciado o levantamento de questões relevantes para os interesses dos trabalhadores. Com particular intensidade tem sido aberto o espaço de discussão sobre a política de pessoal do Governo do Estado.

Considerando, igualmente, que é papel do Poder Legislativo o exercício do acompanhamento das atividades gerais do Estado, solicitamos as informações que seguem:

1. Relação das Agências deficitárias no Estado do Paraná;
2. Apresentação da situação das Agências do BANESTADO no exterior;
3. Volume dos empréstimos agrícolas, critérios de oferta e perfil dos já beneficiados;
4. Medidas em andamento e em projeção para execução dos créditos liquidação;
5. Especificação dos gastos do Conglomerado BANESTADO em propagandas nas emissoras de rádio, televisão, jornais, revistas e outras publicações;
6. Critérios para admissão de novos funcionários, remuneração e colocação na Carreira Administrativa;
7. Razões da emissão das Resoluções números 005/84, 006/84, 007/84 e 008/84, que embora justificada pela necessidade de racionalização administrativa e contenção de custos, dispensa funcionários do exercício de comissão, extingue gratificações percebidas por profissionais, criam a Carreira Administrativa, com nível básico constituindo 60 por cento do total dos funcionários e subdividindo em dez categorias intermediárias, e que aumenta o salário dos praticantes, sem contudo promovê-los em definitivo, respectivamente.

Este pedido de informações deverá ser dirigido em caráter reservado à Presidência da Mesa e ao Deputado proponente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, regimentalmente REQUER que, após ouvido o competente Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem RODRIGO CANTADOR DE LA CEZAR VERNECK, ocorrido ontem, na cidade de Peabiru - PR.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja levada ao conhecimento dos familiares no seguinte endereço: João Luiz Garcia Verneck. Av. Curitiba, 453 - Peabiru - PR.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica vedado o uso de placas sigilosas nos veículos pertencentes à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

O uso de placas sigilosas no Poder Legislativo não tem qualquer justificativa de natureza legal, moral ou política.

A Assembléia Legislativa como a "Casa do Povo", deve pautar seus atos por um modelo de lisura e transparência, não compatível com situações obscuras e destituídos de qualquer significado prático nos dias em que vivemos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 50/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o "MOVIMENTO BRASILEIRO DE EVANGELIZAÇÃO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando relevantes serviços no campo da assistência social e da filantropia às populações carentes de nossa Capital, conforme os relatórios anexos.

A documentação que juntamos ao presente comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual em vigor, para que essa entidade possa ser considerada de utilidade pública.

Assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 51/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. ANTÔNIO DE CAMPOS TAPAJÓS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentar o projeto no qual buscamos conferir o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Antônio de Campos Tapajós, forma de reconhecimento e gratidão que como representantes do povo devemos ao benquisto cidadão que, no alvorecer da idade, oito anos, aproximadamente, iniciou sua luta pela sobrevivência sozinho no mundo, devido ter perdido seu pai em tenra idade, e ter sua mãe doente, adquiriu este caráter persistente e seguro, firme como uma rocha, com a diferença de ter conseguido atingir a quase todos os seus ideais profissionais na vida.

Sendo, os não ainda alcançados, graças a sua persistência invejável em todas as suas pré-determinações, os está perseguindo até alcançá-los. Apesar de só no mundo, provou, como ninguém, que nem sempre a educação familiar torna a pessoa melhor ou pior.

Sempre conduziu seu pensamento para o bem de seu semelhante, refletido ao observarmos seu trabalho e atos através de uma vida intensa de trabalho e sacrifício, que se nortearam exclusivamente para a generosidade, unindo colaboradores num único desejo — amar e servir — tornando-se sempre, o centro da referência da comunidade.

Em plena adolescência, ou seja: com 14 anos de idade, chega a Curitiba o menino Antônio de Campos Tapajós, desembarcando na rodoviária com uma pequena mala, para aqui na capital dos paranaenses, tentar a sorte.

Dentre as inúmeras atividades simultâneas, conheceu empresários e começou a estimulá-los para o fato de Transporte e Turismo, iniciando-se desde logo como representante da Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A.

Em 1943, recebeu convite para gerenciar a Agência Geral - Filial do Paraná. Nessa agência, em Curitiba, incrementou consideravelmente, estendendo-a de única representante da Penha S/A, para ser representante da Reunidas, Princesa do Norte, Expresso Flexa de Ouro, Expresso Curitiba-Blumenau, e outras empresas de ônibus da época e atualmente já extintas ou expandidas.

Com sua autodeterminação, segurança nos atos, sejam quais forem as intempéries, persistência ou perseverança incommon personalidade e caráter inalteráveis, sejam quais fossem os problemas, o seu humor mantendo-se constante, o fez um homem virtuoso e boníssimo que costumamos encontrá-lo quase semanalmente percorrendo os corredores e gabinetes deste Parlamento, carregando sua tradicional maleta com aproximadamente 20 quilos de documentos, procurando sempre atender e solucionar todos os problemas que lhe são apresentados.

Em síntese, poderemos apenas sentir admiração por características tão pouco presentes em tempos atuais.

Continuando sua amizade com empresários, sentiu-se estimulado o suficiente para também tornar-se empresário, e foi quando fundou a ESTAR — Estação Turística Aerorodoviária Ltda, em 1.º de maio de 1951 (Dia do Trabalho, uma vez que temos também neste homem um vivo exemplo do Homem Trabalhador).

Consideravelmente, ele vem desenvolvendo sua Empresa de Turismo e Transportes, ao lado de sua esposa, Dona Darcy, que sempre o acompanhou colaborando e estimulando todos os seus empreendimentos; atualmente, desempenha com segurança a função de Diretora Financeira da firma, e sua filha, Dona Marlene, que exerce com eficiência e dedicação o cargo de Diretora Administrativa de Vendas da empresa, que gera mais de uma centena de empregos diretos e outros tantos indiretos, tornando sua empresa hoje uma das maiores do País, neste ramo.

Paulatinamente, nestes 34 anos adquiriu a representação de quase todas as empresas de ônibus do Brasil, conforme segue: Empresa de Transportes Andorinha S/A — Companhia São Geraldo de Viação — Viação Umuarama Ltda — Real Expresso

Ltda — TTL - Transporte e Turismo Ltda — Viação Motta Ltda. — Auto Viação São Cristovão S/A — Rápido Iguaçu S/A Transportes y Turismo — Nacional Expresso Ltda — ALIMAR S/A — ONDA S/A — Organización Nacional de Autobuses S/A do Brasil — Centauro Transportes Rodoviários e Turismo S/A — Rápido Andrade S/A — Viação Cometa S/A — Viação do Sul S/A — Empresa de Ônibus Curitiba-Araucária S/A — Viação Ouro Branco S/A — Expresso Estrela Azul Ltda — Expresso Estrela do Sul - J. Araújo Cia. Ltda — Viação Dovaltur Ltda. — Empresa Lapeana Ltda — Empresa Curitiba - Cerro Azul Ltda — Empresa Princesa do Norte S/A — PLUMA Conforto e Turismo S/A — Expresso São Bento Ltda — TRANSPEN — Transporte Coletivo e Encomendas Ltda — Empresa Auto Viação Catarinense S/A — Catarinense Cargas e Encomendas Ltda — Empresa Sulamericana de Transportes em Ônibus Ltda — Empresa Curitiba - Campo Largo S/A — Expresso Azul Ltda — Viação Garcia Ltda — Viação Piraquara S/A — Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A — Trans-Izaak Transporte de Passageiros Ltda — Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S/A — CATTANI S/A - Transportes e Turismo — Transrápido Cattani Ltda — Expresso Princesa dos Campos S/A — Transportadora PRINCETUR Ltda — Reunidas S/A Transportes Coletivos — Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S/A — Viação Itapemirim S/A — Transportadora Itapemirim Ltda — Transamericana Transportes de Cargas Ltda — Arautur Turismo Ltda — Viação Graciosa Ltda — Real Transporte e Turismo Ltda — Empresa Viação Bonfinense Ltda, bem como das seguintes companhias aéreas: VASP - Viação Aérea São Paulo — VARIG - Viação Aérea Riograndense — TRANSBRASIL S/A Linhas Aéreas — RIO SUL - Serviços Aéreos Regionais S/A — TAM — Transportes Aéreos Regionais e TAP — Transportes Aéreos Portugueses.

Além de representar quase todas as companhias aéreas, marítimas e ferroviárias, nacionais e internacionais, e a serviço de fretamento de veículos em geral, táxi-aéreo, locações, excursões em grupos e individuais, roteiros profissionais, etc., bem como a representação de hotéis do Brasil e reservas de hotéis em todo o mundo. Isto no ramo de viagem e turismo, sendo que no ramo de transportes/encomendas expressos e despachos, cargas e mudanças, atua com frota de kombis e camionetas próprias e de dezenas de caminhões para cargas e mudanças.

Conta com quatro agências de Passagens e Turismo, e três agências de Transportes, Encomendas, Expressos e Despachos, Cargas e Mudanças.

CURRICULUM VITAE

Na Capital, além de atuar como suplente da Diretoria do Sindicato de Transportes e Cargas, Conselheiro da Associação Brasileira de Agentes de Viagens — ABAV, Presidente da Comissão de cargas em ônibus do Sindicato de Transportes e Passageiros do Paraná, Sócio Fundador da SKAL, Club do Paraná.

Dados Pessoais:

Nome: ANTÔNIO DE CAMPOS TAPAJÓS

Naturalidade: Parafba do Sul - Rio de Janeiro

Data de Nascimento: 30 de abril de 1917

Filiação: Luiz Miranda Reis Monteiro Tapajós e Dona Marieta Avelar Campos Tapajós.

Estado Civil — Casado com Dona Darcy Carmem Schoenfelder Tapajós.

Filhos: Dona Marlene Tapajós Barbalho, casada com o Sr. Amaury José Barbalho, e como único neto, Luiz Antônio Tapajós Barbalho.

Face à natureza desta propositura, e as considerações que o nosso homenageado tem suprido com grande mérito, a bem da verdade, tais motivos que nos levaram, para honra nossa, a propor o presente, certos que contaremos com a adesão dos nobres Pares para o desígnio nele consubstanciado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem no litoral tivemos oportunidade de assistir a inauguração do núcleo da Igreja Seicho-No-Iê na cidade de Morretes.

E ficamos impressionadíssimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o elevado conteúdo de filosofia humana que aquela igreja procura transmitir às centenas de pessoas que naquelas cidades assistiam à inauguração.

O coordenador do movimento, diretor da Igreja, Sr. Hosushi Nakai, por duas horas falou aos presentes demonstrando o sentimento, o grande sentimento humano que os membros daquela igreja possuem e procuram transmitir a todo quadro, a toda diretoria e a todos os adeptos.

E nesta hora queremos demonstrar a nossa satisfação, congratulamo-nos com o coordenador daquela Igreja na cidade de Morretes, o Sr. Hosushi Nakai, pelo brilhantismo daquela solenidade. Porque a Igreja Seicho-No-Iê que conta no Brasil com mais de 2 milhões de adeptos, ela tem uma importância muito grande nos tempos de hoje.

Isto porque as grandes dificuldades que o povo brasileiro enfrenta, os grandes sofrimentos que o povo brasileiro sente são, com toda sinceridade, vistos por estes elementos com otimismo marcante. São, com o pensamento positivo que eles têm, faz com que tantos quantos lá estiveram e ouviram a palestra do Sr. Hosushi Nakai, saíssem de lá com um outro pensamento, com uma outra formação, com enfim, um significado mais elevado em virtude da importância daquele acontecimento.

Entendemos, como devem entender os Srs. Deputados, que é muito importante, muito salutar a grande preocupação da Igreja Seicho-No-Iê de demonstrar uma absoluta tranquilidade e por fazer uso da palavra por quase 2 horas, como já lhes disse, ele foi de uma felicidade e muito rara, quando fez com que as três centenas de pessoas lá presentes saíssem com a melhor das impressões, porque só existia bondade, fraternidade e um alto senso de humanismo, o que nos fez vir a esta tribuna e cumprimentarmos os dirigentes da Igreja Seicho-No-Iê em Morretes, no Paraná e no Brasil, por serem eles tão pródigos, de espírito tão elevado, de uma filosofia tão profunda.

É preciso que este movimento ganhe corpo no Brasil, os dois milhões de brasileiros que fazem parte dessa igreja devem se multiplicar, porque ela só traz dentro de si bondade e fraternidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O assunto do dia, hoje, em Maringá, é o decreto do Prefeito Said Felício Ferreira, tentando por este meio recuperar um patrimônio do povo de Maringá, que há três anos foi criminosamente roubado por um período de 30 anos, isto é, uma existência."

Quer o chefe do executivo maringaense devolver ao povo o que lhe pertence, ou seja, o sistema de água e de esgoto do município.

Esse sistema foi construído com sangue, suor e lágrimas pelo laborioso povo de Maringá.

É preciso, para análise mais profunda do assunto, retornar no tempo. Só assim será possível aquilatar o tamanho da traição imposta ao povo maringaense, além de lhe ter sido imposto inúmeros sacrifícios.

Era Prefeito de Maringá o Sr. João Paulino Vieira Filho. Transcorria seu primeiro ano de mandato. Neste ano, o Prefeito

de Maringá, eleito pela antiga ARENA, aumentou violentamente os impostos na cidade, tendo isso inclusive, causado um mal estar geral, já que "grandes" e "pequenos" foram massacrados pela fome de Alcaide maringaense. Naquele tempo, 1978, o sistema de água e esgoto de Maringá, o de água, principalmente, era uma verdadeira calamidade. Falta água diariamente. Em alguns bairros faltava água por vários dias consecutivos, era verdadeiramente um inferno. Durante a crise causada pelos violentos aumentos de impostos, o Sr. João Paulino, contornou em parte o problema, e até acalmou, um pouco, a revoltada população de Maringá, dizendo que o aumento nos impostos era necessário, pois o esperado excesso de arrecadação seria empregado na recuperação do sistema de abastecimento de água e esgoto de Maringá. Nessa época, em que tudo era desespero, em que água não existia, em que o sistema era falido, nunca se ouviu dizer que o governo Ney Braga tivesse algum interesse em acampar o referido sistema. Afinal, a SANEPAR de Ney Braga, não iria entrar numa fria daquele tamanho. Não iria, evidentemente, investir dinheiro bom e algo que parecia irrecuperável. Aí, justiça seja feita ao ex-Prefeito de Maringá. Como houvera prometido, passou a investir o suado dinheiro maringaense na recuperação do sistema. E não é que deu certo? O serviço de água e de esgoto de Maringá ficou uma verdadeira maravilha. Já não faltava água nos bairros; o sistema de esgotos sanitários construído durante a administração emedebista do saudoso Prefeito Sílvio Barros, funcionava a contento; a população já não reclamava, muito pelo contrário, aplaudia. Enfim, outra vez, o bravo povo maringaense dava mostras de toda sua pujança. O sistema de água e esgoto do município era então o orgulho do maringaense. Valera a pena tanto sacrifício. Contudo, mal sabia o povo de Maringá, que a maior traição de toda a história da cidade estava preparada. A história vai julgar isto.

O então Prefeito de Maringá, levado no "bico" pelo, então Governador Ney Braga, preparava-se para permitir o que na época, como Vereador, taxei de roubo contra o povo de Maringá. A SANEPAR de Ney Braga, agora interessava-se pelo sistema. Agora dava lucro, muito dinheiro havia sido derramado na sua recuperação, de modo que valia a pena dar o "bote".

Assim foi feito. João Paulino entregou aquilo que era o orgulho dos maringaenses, por um prazo de 30 anos. Tudo muito bem feitinho, tudo nos conformes, lei bem estudada, duro de desatar.

Três anos depois, o Prefeito Said Felício Ferreira do PMDB, zeloso com as coisas da cidade que administrava, tenta reconquistar para o seu povo aquilo que o governo do PDS houvera "surrupiado". Neste pronunciamento, quero reiterar minha solidariedade ao Prefeito e ao povo de Maringá, que lutam pelo que lhes pertencem. Vamos aguardar a decisão judicial. A recuperação do que é nosso, terá que ser feito dentro da lei, pois, foi uma Lei Municipal que transferiu esse Sistema à SANEPAR. Como eu disse, tudo é muito difícil, pois, a coisa foi muito bem atada.

O que não pode acontecer, contudo, e os inimigos de Maringá já estão agindo, é permitir um confronto entre os governos Municipal e Estadual, ambos do PMDB. Esse confronto seria extremamente prejudicial à cidade de Maringá. Uma traição aconteceu. O povo de Maringá foi enganado. Uma propriedade do povo foi violentada. Mas, ressaltar-se: O crime foi praticado por quem? Por Said Ferreira? Por José Richa? Não. Foi praticado pelos homens que governavam este Estado, com mão de ferro, desrespeitando constantemente a vontade popular. Então por que alimentar uma briga entre Said e Richa? Ambos precisam, isto sim, sentarem-se à mesa das negociações, juntamente com os Deputados de Maringá, Bancada de Vereadores, Lideranças Comunitárias, para que

Maringá tenha para si, o que é seu e como disse, foi surrupiado pelo governador anterior. Said e Richa não podem sair desgastados desse episódio. São dois homens sérios e grandes administradores e seria incompetência de nossa parte, se não soubéssemos resolver nossos problemas domésticos, dentro de nossa própria Casa. O que não podemos fazer é desvirtuar os fatos. Aqueles que traíram Maringá estão sequiosos em alimentar uma discórdia. O que pretendem, de fato, é fugir à responsabilidade e do jugamento que infalivelmente a história lhes fará."

Diante do adiantado do horário, peço que Vossa Excelência considere lido o nosso pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa defere, e concede a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - O Sr. Presidente. Srs. Deputados. Ocupo a tribuna estimulado por um pronunciamento que eu ouvi, nesta Casa, na semana passada e em outras oportunidades também tenho ouvido, afirmações no sentido de que a campanha pelas eleições diretas que ocorre neste País, é um fruto e obra do PMDB com a intenção entre outros de encobrir a administração precária que estão desenvolvendo em alguns Estados.

Eu acredito que seja um erro grave de interpretação, querer atribuir a um dado de partido político dos movimentos cívicos mais importantes que a Nação brasileira está assistindo, considerando toda a sua história. É um anseio, uma aspiração das mais legítimas de todo o povo, e dos partidos políticos podem se consubstanciar apenas exclusivamente, como possíveis canais para atender essa grande reivindicação popular, e o PMDB quer ser e tem sido um desses canais. Não o canal exclusivo, porque outros partidos de Oposição também defendem as eleições diretas já, como de resto o segmento do próprio partido do Governo Federal, o PDS também defende essa mesma proposição, que repito, é da Nação.

E para comprovar esta interpretação, que acreditamos seja a interpretação certa, eu trago aqui ao conhecimento da Casa, uma pesquisa feita na Universidade Federal do Paraná, entre toda a comunidade universitária, professores, funcionários, estudantes, onde se fez uma pesquisa para verificar os partidários do movimento das eleições diretas para já, e aqueles que naturalmente não querem eleições diretas.

Entre os professores, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 608 foram pesquisados, responderam a pesquisa; e desses 573, o que vale dizer 94% responderam favorável às eleições diretas já.

Apenas 28 são contra as eleições diretas. Será que entre os professores são todos do PMDB? Evidentemente que não.

Pertencem a todos os segmentos partidários da nossa estrutura.

Entre os funcionários da Universidade, foram pesquisados 401, 379, isto é 94% se posicionaram em favor das eleições diretas, e apenas 21 contra, isto é 5% apenas.

Entre os estudantes, Sr. Presidente, foram pesquisados 3645 estudantes, e desses todos, 3388 responderam afirmativamente em favor das eleições diretas, o que corresponde a 92% do universo pesquisado, e apenas 242 é que foram favoráveis ao Colégio Eleitoral.

Computando toda a comunidade universitária da nossa Universidade Federal do Paraná, compreendendo aí professores, funcionários e estudantes, a pesquisa envolveu 4654 votantes, e destes 93.3% se posicionaram favoráveis às eleições diretas. Isto é uma prova entre muitas, que o movimento das eleições diretas, é um movimento da sociedade, é um movimento da Nação, e aí daquele partido político, e aí daquele

político partidário, que não vá de encontro aos anseios desta população. É o anseio de toda a Nação em favor das eleições diretas o quanto antes, para já, a fim de que possam, num debate amplo da Nação, equacionar os grandes problemas que afligem a Nação Brasileira.

Trago este depoimento, este testemunho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para contraditar alguém que disse aqui, que o movimento das diretas é um movimento exclusivamente partidário.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao 4.º orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente nós desejamos parabenizar o Prefeito de Maringá, Prefeito Said Ferreira, pela corajosa atitude que tomou, fazendo voltar ao domínio do município, o serviço de água e esgoto que fora transferido para o controle da SANEPAR.

O problema de Maringá é o mesmo de Londrina. Quando José Richa foi Prefeito de Londrina, ele tinha ali também um serviço de água e esgoto que funcionava bem, e acabou transferindo aquele serviço para o controle da SANEPAR, e até hoje a população de Londrina deseja que esse serviço retorne ao comando da Prefeitura Municipal. Em Maringá o Prefeito Said Ferreira deu a partida, e por ser ele do PMDB, do mesmo partido do Governador José Richa, nós estranhámos que a polícia tivesse sido usada em Maringá, para impedir que técnicos da Prefeitura reassumissem o controle do serviço de água e esgoto. Por ser do mesmo partido, como já dissemos, o Governador poderia, entendendo que este é clamor do povo de Maringá, fazer devolver ao controle da Prefeitura aquele serviço, porque quando estava no domínio da Prefeitura, funcionava muito bem e só foi transferido para a SANEPAR diante de pressões. E em segundo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa anuncia hoje que técnicos da Secretaria da Educação estão fazendo um levantamento em todo o Paraná, e para tristeza geral, estão concluindo que os pais de família de classe média estão retirando os filhos das escolas particulares, transferindo seus filhos para as escolas de rede pública. Por que? Porque é a real demonstração da queda do poder aquisitivo. Eu sei que o pai e mãe gostariam muito de poder manter seu filho ou filha estudando num colégio particular, mas o poder aquisitivo é tão baixo, a anuidade numa escola particular é tão cara, o uniforme, o material escolar, tudo. Daí então os técnicos da Secretaria de Educação do Paraná concluírem, nesta pesquisa em todo o Paraná, que hoje a classe média está preferindo tirar os filhos das escolas de rede particular de ensino, matriculando seus filhos nas escolas públicas. E quanto às escolas, outro dado estarrecedor levantado pela Secretaria da Educação é que está sobrando vaga no Paraná. Não é que tenham sido construídas mais escolas; esta mesma pesquisa concluiu que o jovem pobre, o jovem carente, está abandonando a escola, está abandonando os bancos escolares para poder trabalhar, numa tentativa de poder ajudar o seu pai no orçamento doméstico. Isto é muito grave Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná que é detentor de um dos maiores potenciais agrícolas do Brasil, do mundo, a gente tomar conhecimento de que as escolas tem professor, tem lugar, as escolas estão com vagas sobrando, porque o nosso jovem carente está abandonando o ensino para poder trabalhar, porque se ele não trabalhar vai haver fome. A miséria no seu lar seria ainda muito maior.

Diante deste levantamento feito no Paraná, um levantamento grave, conclusão terrível para todos nós, gostaríamos de conclamar todos os Deputados, os Prefeitos, o Gover-

nador, as autoridades estaduais, as autoridades federais para que todos se unam na busca de uma solução, para tirar esse nosso Paraná deste caso econômico, da miséria que nós estamos vivendo. É muito grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós sabermos que nosso jovem que é pobre, mas que também é inteligente, porque a inteligência não é dom do rico, o pobre também é inteligente, a gente fica triste de saber que o jovem pobre, do lar carente, se vê obrigado a deixar os bancos escolares para poder trabalhar e ajudar seus pais. O nosso desejo de que nossas autoridades se unam num encontro urgente e dê uma solução para este grave problema. Muito obrigado. (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao 5º Orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, eu ocupo a tribuna só para dar notícia de um projeto de resolução que eu estou apresentando nesta Sessão Plenária de hoje.

Já se encontra tramitando em regime de urgência, nesta Assembléia, um projeto que pretende por fim a mordomias automobilísticas, no Legislativo, no Executivo e no Judiciário. Projeto de autoria do Deputado Gabriel Sampaio.

Mas, a minha intenção, hoje, é sanear o nosso próprio terreno, para que possamos discutir o saneamento das mordomias a nível de Estado. E, para isso, estou apresentando um projeto de resolução nos seguintes termos. (Lê o projeto e a justificativa).

E eu espero contar com o apoio de todos os Senhores Deputados, para acabar com esta espécie de serviço secreto legislativo.

Este é um Poder independente, não encontra nas suas atribuições o poder de polícia, e o uso de placas frias é absolutamente incompatível com a dignidade desta Assembléia.

Eu peço aos Srs. Deputados o apoio e a aplicação rápida desta resolução. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Tadeu França, no Pequeno Expediente.

O SR. TADEU FRANÇA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Pretendemos enfatizar de público nossa irrestrita solidariedade ao Prefeito Said Ferreira, da cidade de Maringá, cidade donde, ao lado do Deputado Ferrari Júnior, temos a satisfação de ser oriundos.

Na realidade, Srs. Deputados, o sistema de água de Maringá, desde as suas origens, até 1980, foi construído, e muito bem mantido, pela população de Maringá.

Até hoje a população não entende o porquê de uma transferência ilegítima. E quando se afirma que a SANEPAR teria prejuízos, nós lembramos que, nestes anos, a SANEPAR que nada pagou por um patrimônio, esvaziou financeiramente o município, pela cobrança de taxas abusivas pelo sistema "birdiano" de cobrança, de um desgaste de esgotamento sanitário proporcional ao consumo d'água, trazendo o descontentamento a uma população habituada ao sistema de baixo custo e seu, por um sistema comandado diretamente pelo PLANASA, que por seu turno, é porta-voz do BIRD.

Externamos, ainda, junto a nossa solidariedade, a convicção de que o progresso do município e do Estado, deve partir da união de seu povo e de soluções próprias.

Estamos cansados de aceitar o modelo de que governar é contrair empréstimos em dólares.

É por esta razão que, de público, dizemos e hipotecamos mais uma vez nossa solidariedade, lamentando que, através do PLANASA, o Município de Maringá foi boicotado em termos de implantação do Projeto Cura-4, porque

aventou o PLANASA que em Maringá o Prefeito não havia renunciado à idéia de selar um compromisso de campanha devolvendo à população o serviço de água.

O Prefeito Said Ferreira, assumiu o desafio, dispensou o Projeto Cura-4 que foi boicotado e vai responder à população, outorgando à gente de Maringá, todos os benefícios que seriam realizados por um Projeto Cura-4, cujo modelo econômico onera, dificulta, pois é um espelho fiel do sistema econômico norte-americano que vem asfixiando nossa gente.

Não nos interessa analisar o aspecto jurídico decreto-lei, o que interessa é o apelo que faremos ao Governador José Richa e à SANEPAR. Se um decreto, eventualmente, não hesitará em criar outro instrumental, mas que, por favor, se reconheçam o direito de Maringá de administrar aquilo que sempre foi patrimônio seu. Não aceitando portanto, nós, como representantes daquela cidade, a atribuição irresponsável de que a administração estaria percebendo recursos e devolvendo de uma forma ingrata a uma vastidão de recursos recebidos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. É por esta razão que nós enquanto ficamos a espera, de que o Poder Judiciário reconheça a legitimidade do ato praticado por Said Ferreira, ficaremos também, com a convicção de que, independentemente de quaisquer desdobramentos, o episódio já realizado, por si só, já vale à pena, porque contém em seu bojo a lição, de que é preciso dar um murro na mesa para se conseguir equacionar aquilo que é necessário, o fortalecimento das unidades municipalistas do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Encerrada a hora do Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No navio da vida do povo brasileiro, os revolucionários de 64 e os homens em pleno poder neste País, viajam de primeira classe, enquanto, o resto da Nação, viaja sob o látigo implacável do feitor econômico deste País, chamado Delfim Neto.

Ouvimos e vimos o Presidente da República entrar em nossos lares, nos lares todos do Brasil, para dizer meias verdades. E embora, a nossa liderança, pretenda esmiuçar mais detalhadamente o pronunciamento do Presidente da República este Deputado, como anti-revolucionário de primeira hora, não poderia se furtar ao desejo e a vontade contida, de rechaçar as meias verdades ditas ao povo do Brasil por um Presidente enfasiado do Poder. E que por isto mesmo deixa a Nação a deriva, sem governo e sem rumo.

Ele dizia: "Brasileiros! O movimento de março de 64, como ficou dito na sua declaração de princípios, não traduziu o interesse e a vontade de um grupo, mas, o interesse e a vontade da Nação."

Não é verdade. O movimento de 64 refletiu exatamente os interesses econômicos de Washington, porque esta Revolução não começou em Minas Gerais como muita gente diz. Muito pelo contrário, começou além-fronteiras brasileiras.

Esta revolução, e eles teimam até hoje em chamar de revolução, revolucionou, foi para pior. A Nação, estarecida, hoje, voltando os olhos para um passado não muito longe, lembra-se do hoje decrépito Magalhães Pinto, ambicioso cidadão, sonhando grandiloquentes sonhos de chegar um dia ao Poder, de presidir a República do Brasil. E envia nas ruas de Minas Gerais, após o complot de traição, feita por militares que traiu seu Presidente da República, João Goulart. Tomar pelas armas em suas mãos a Constituição Brasileira e todas as lutas que nós travávamos em discussões públicas e

abertas nos cafezinhos, nos bares, nas escolas e nas Assembleias, discutindo-se reforma agrária, reforma tributária, reforma administrativa e, enfim, as reformas que viriam beneficiar este País.

Mas, no entanto, a CIA já preparava o famigerado Cabo Anselmo para tumultuar nos quartéis do Brasil, em nome do Governo João Goulart, dizia ele, quando ele era preparado em um agente exatamente para tumultuar o processo político brasileiro em benefício da nação americana. Este mesmo bandido chamado Cabo Anselmo que depois foi responsável pela queda, por uma queda de uma porção, e morte de uma porção de brasileiros sob a pecha, que ainda hoje, relembra por alguns militares de terem o crime, de terem uma ideologia que eles impugnavam de pernicioso à Nação brasileira, por ser uma ideologia comunista.

Todavia, continuam, Senhor Presidente, dizendo que a Revolução teve por objetivo assegurar ao novo Governo os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil. E, triste ironia, Senhor Presidente da República, após vinte anos, quando os Senhores de Vossa Excelência, Senhor Presidente, participando de todos os governos revolucionários. Vossa Excelência sequer teve a coragem de falar da situação econômica do Brasil e do povo brasileiro, porque a revolução que tinha três poderes nas mãos e mais o poder força bruta, não restaurou dignidade nenhuma, não restabeleceu força nenhuma econômica neste País, Esta Nação, hoje, como diria a "paródia" da música "é o País fantástico do gordo mágico".

Vinte anos depois de uma revolução malfadada, a juventude está sem rumo, porque teve os caminhos do saber proibidos quando eles proibiram em praças públicas, centenas e centenas de livros culturais que transmitem o conhecimento universal da sabedoria.

Mas o Senhor Presidente da República pensa talvez que a Nação Brasileira fosse esclerosada e não é. A Nação Brasileira se faz presente, hoje, reivindicando um novo rumo e um novo caminho para o poder realmente, com os seus pés, marcar a sua trajetória e a escrever a sua história.

Nós não podemos aceitar e, após vinte anos, vem um general se dizer, dizer ainda que nós vivemos uma época de dificuldades que não foram criadas pela revolução, mas pelo contrário, serão vencidas por causa da revolução. Em que século, Senhor General Newton Cruz, as dificuldades que essa revolução criou que Vossa Excelência disse que não foram criadas pela revolução, foram criadas então pelo povo que passa fome? Foi criada por esta juventude que não pode falar, não pode se reunir? Por que foram criadas as dificuldades, se não pela própria revolução?

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência permite uma aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência cita as dificuldades que foram criadas ao povo. Ainda há poucos instantes ouvimos na tribuna do PDS o levantamento de insinuações que aqui no Paraná o estudante está compelido, principalmente o de classe média, a abandonar a escola particular e, os menos favorecidos, a abandonar a escola pública, para irem se juntar à força de trabalho de suas famílias e lutarem pela subsistência.

Apenas queremos colocar este modesto aparte no discurso de Vossa Excelência como resposta a este tipo de insinuação, a este tipo de abordagem do problema que não vai no âmago da questão. As dificuldades do ensino no Brasil realmente começaram a aparecer quando os três generais que outorgaram a Constituição mudaram um artigo da Constituição. Constituição outorgada pela Junta Militar, que colocou um dispositivo, que o ensino que era gratuito, obrigação constitucional inclusive de percentual de aplicação nos bons tempos em que 12% do orçamento da União se gastava em educação, esta Constituição outorgada passou a privilegiar o

ensino pago.

Mas veja Vossa Excelência como a pílula pode ser dourada. No pronunciamento de agora há pouco, por exemplo, e me parece que esta versão foi tirada da própria "Gazeta do Povo", não se leu ali de que a própria "Gazeta do Povo", traduzindo um pensamento de um professor paranaense que realmente realiza os últimos vestibulares aqui no Paraná, ali está dito com letras bem claras, que já em 1980, no vestibular da Universidade Federal do Paraná, mais de 500 vagas não foram preenchidas, porque o grau de aproveitamento no vestibular não atingiu a média mínima. O que vale dizer que o ensino de 1.º e 2.º graus não está tendo o rendimento necessário para o aluno conseguir a nota mínima exigida no próprio vestibular. Naquele ano, em 1980, já ficaram vagas em aberto na Universidade Federal do Paraná.

Vossa Excelência, nobre Deputado, disse muito bem. Foi o atual regime que criou dificuldades para o povo. Destas dificuldades, as da educação, como disse Vossa Excelência ainda há pouco, foram talvez as mais graves, porque elas são o reflexo. O resultado do desengajamento da nossa juventude do processo educativo, vamos sentir não agora, quando aparecem resultados negativos como este em que a nossa juventude não consegue entrar numa Universidade por falta de aproveitamento. Vamos sentir é quando esta juventude estiver dirigindo a Nação. Quando ela realmente não tiver os conhecimentos adquiridos no tempo apropriado.

Por isto me louvo na abordagem perfeita que Vossa Excelência fez do assunto. Porque as dificuldades do povo, que existem hoje, que reconhecemos, não foram criadas no último ano de governo, mas elas são frutos de um processo em que alijou o povo exatamente na participação dos destinos desta Nação.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Muito obrigado, ilustre Deputado, pelo aparte muito esclarecedor e muito oportuno. Em cima disto gostaria ainda de frisar que foi neste período, tido como revolucionário, que a indústria do ensino se aprofundou e se multiplicou. Foi neste período em que a educação e as escolas públicas se desvalorizaram porque haveria e há, ainda hoje, o interesse de grupos econômicos no alfabetismo da Nação Brasileira.

Foi neste período dito revolucionário que a Nação se empobreceu culturalmente. Muitos seriam os exemplos que poderíamos enumerar, dizendo que a geração de hoje, que cresceu subjugada ao medo da ditadura, subjugada à censura permanente das escolas cresceu sem poder criar livremente as suas unidades estudantis, os seus prêmios estudantis, sem ter a União Nacional dos Estudantes, sem ter a União Paranaense dos Estudantes Secundários, esta juventude que assim cresceu intimidada e assim cresceu cerceada no seu direito de acesso a cultura universal, porque até "Dostoyewsky" foi queimado em praça pública.

Essa juventude hoje sente na própria carne e no próprio dia-a-dia a dificuldade de dar à frente no caminho da ascensão social e cultural.

Se há uma catástrofe maior do que a bomba de Nagasaki e Hiroshima, foi esta revolução para o povo brasileiro, porque destruiu, destrói e destruirá ainda, jovens que não puderam realmente descortinar o horizonte maior da sabedoria e do conhecimento, e porque também transformou o trabalhador brasileiro em um trabalhador calado e um trabalhador intimidado, porque os poucos que tiveram coragem de gritar e de se levantar, como Manoel Fialho Filho, em São Paulo, foi assassinado pelas costas; o outro que teve também a coragem de se levantar, é hoje uma das maiores lideranças trabalhistas do Brasil: Luiz Inácio da Silva, o Lula.

Mas o trabalhador brasileiro sofrendo as intervenções

dos seus sindicatos, perdendo por conseguinte o seu poder e a sua força reivindicatória teve, permanentemente, sobre os seus membros o achatamento salarial e pagou um ônus desta política econômica mal traçada, mal dirigida e mal orientada por um trio diabólico que não se compadece dos problemas sociais, mas que se levanta de sorrisos bajuladores para numa subserviência entreguista, bajular os grupos econômicos internacionais, e humilham esta Nação, e degradam esta Nação, e o que é pior de tudo isto, sacrificam a Nação Brasileira.

Srs. Deputados o Papa quando esteve no Brasil já dizia que o povo passava fome. E o povo passa fome de tudo neste País, até de vontade de votar; até de vontade de participar do seu próprio destino elegendo o sem Presidente da República.

Nós estamos cansados de gerais, e o povo brasileiro exige que os generais, todos os militares que tentam impedir a marcha do povo pela sua ascensão social e nacional, os militares todos que tentam intimidar esta Nação, que pede as eleições diretas para Presidência da República, têm que se conscientizar que eles têm uma dívida para com o povo brasileiro, se não fora as armas, a Nação hoje já estaria redemocratizada. Lembro-me ainda para contradizer o Presidente João Baptista de Figueiredo, que o Primeiro Ato Institucional era ainda inumerado, não tinha número. Era para ser um só. Para no prazo de dois anos, aproximadamente, se reconstruir o que a revolução dizia que ia reconstruir, e não reconstruiu "bolhufas" nenhuma. No entanto, antes de expirados os dois anos do Primeiro Ato Institucional, assinado por Humberto de Alencar Castelo Branco, já se decretava o Ato Institucional número 2. Daí sim, já numerado; 03 04, para em 69, o Ato Institucional número 5. E de ato em ato, de casuismo em casuismo, esta Nação foi se empobrecendo. O povo brasileiro foi vivendo dia-a-dia com maiores problemas. Enquanto isso, muitos militares que fizeram a revolução, e também muitos homens que também levantaram a Bandeira da revolução, passavam a ser Diretores de Empresas Multinacionais, para vender e enterrar o Brasil ao estrangeiro. Esta Nação haverá de ter um dono e haverá de ser nós, o povo do Brasil. Nós os nacionalistas, que o recebemos dos nossos avós; uma terra bonita, uma terra rica, uma terra cantada pelos poetas como predestinada. Esta terra haverá de ser realmente predestinada pelo nosso trabalho, pela nossa coragem, de não nos subjugarmos à força e muito menos pela prepotência e à ditadura. Esta Nação haverá de ser forte, quando as portas das escolas forem abertas para que a juventude possa realmente estudar, se educar e se aprimorar para construir com sabedoria a grandeza do povo do Brasil.

Senhores, esta Nação vem sendo maltratada durante 20 anos. Esta Nação vem sendo judiada, e o povo brasileiro quase desesperançado, o povo brasileiro já quase sem rumo, não sabe mais para quem recorrer. A verdade é que há insensibilidade governamental. Junto com o fastio do Presidente da República, tem deixado a todos nós uma situação muito difícil de dar continuidade. Porque, se por um lado, a Nação como um todo, exige eleições, esta eleição significa participação da Nação, no processo decisório da Pátria Brasileira. E de outro lado, um Presidente, acobertado pelas Forças Armadas, diz que as eleições diretas são inoportunas já. Eu gostaria de saber se a participação do povo seria oportuna apenas quando não restar mais povo. Porque as necessidades são grandes; a política econômica é tida, por todos os partidos políticos, como uma política perniciosa aos interesses da Nação Brasileira e do povo do Brasil. Nós povo, queremos participar dos destinos da Nação. A revolução ficou, por 20 anos, com os poderes todos enfeixados em suas mãos e nada fez pelo povo do Brasil; nada fez pelo Brasil.

O Brasil hoje assume uma inflação antes jamais alcançada na história pátria. Hoje a Nação Brasileira está, não é mais de chapéu nas mãos, pelos bancos estrangeiros; hoje a Nação Brasileira está se humilhando, através do Senhor Delfim Neto, que não tem amor nenhum pelo Brasil, nem pelos brasileiros. Esta Nação tem que se levantar, no dia 25 de abril, para eleger esta Emenda Dante de Oliveira, como caminho inicial para reconquistarmos o Brasil e a dignidade do povo brasileiro.

Era só. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado. Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Presidente da República no último dia 31 falou à Nação numa cadeia de rádio e televisão do que esperava mostrasse o chefe do Governo um pronunciamento comemorativo ao 31 de março de 1964.

Todavia o Sr. Presidente da República se preocupou em abordar, exclusivamente, o processo sucessório, e transmitiu à Nação o que já havia dito por ocasião do final do ano, que o Governo considera serem as eleições diretas uma perturbação da ordem e que o Governo considera o Colégio Eleitoral legítimo e, portanto, deve o próximo Presidente ser escolhido pela forma indireta.

"Vendo à tribuna na tarde de hoje, Sr. Presidente, para dizer que foi melancólico o pronunciamento do Presidente João Baptista Figueiredo no vigésimo aniversário do movimento de 1964.

Aliás, Srs. Deputados, os homens de 1964 que se apoderaram do Poder pela força das armas e de lá não querem mais sair são os primeiros a reconhecer que a passagem do 31 de março não é motivo para nenhuma comemoração cívica popular.

Não há o que festejar, Srs. Deputados!

É inegável que para as pessoas que acreditaram no ideário da revolução de 64, e que se contam aos milhares em todo o País, o 31 de março virou um tremendo primeiro de abril, o dia mundialmente consagrado à mentira.

Prometeram desenvolver este País, transformá-lo em uma grande potência, criar uma democracia "autêntica", estabelecer o império da lei e da moralidade na administração pública.

E o que fizeram os homens de 64?

Venderam a soberania nacional por um prato de lentilhas, no balcão dos grandes negócios internacionais.

Entregaram os nossos recursos minerais a preço de banana.

Assinaram acordos ruins como o que resultou na construção de usinas nucleares, avaliadas hoje em 30 bilhões de dólares, ou quase um terço de nossa dívida externa, a maior do mundo.

Administraram a economia nacional com tal grau de incompetência, que temos hoje uma das taxas de inflação mais elevadas do mundo, e nesses 20 anos adotaram, como única e exclusiva política econômica a desvalorização sistemática dos salários dos trabalhadores.

E se antes havia casos graves de corrupção, que comprometiam a administração pública e nos envergonhavam como povo civilizado, é inegável que hoje a corrupção existe com juro e correção monetária.

Implantaram um regime anti-popular, anti-social e anti-nacional, que se manteve pela força bruta, à custa de cassações de mandatos, de prisões arbitrárias, e aí está para vergonha nacional, o caso do jornalista Juvêncio Mazarollo, condenado pelo crime de defender os expropriados de Itaipu] e por denunciar arbitrariedades e malversações do dinheiro público por parte de alguns Prefeitos da região de Foz do Iguaçu.

Quer dizer, Srs. Deputados, o regime condena um jornalista a 48 meses de reclusão, enquanto os responsáveis por toda

sorte de negociatas e desvios permanecem impunes, à sombra dos poderosos.

E tudo isso acontece enquanto se nega ao povo o direito de eleger o Presidente da República, colocando-nos nós, povo, no mesmo nível, quiçá, de um Paraguai do Sr. Stroessner, ou pior ainda, de um Chile do General Pinochet e de outros países submetidos a regimes de força.

O general Figueiredo volta a repisar o velho e surrado argumento: que a eleição direta agora é importuna, limitando-se a reconhecer a necessidade do seu restabelecimento no futuro.

E anuncia uma emenda constitucional que a seu ver, oferece uma solução de compromisso para o problema sucessório e que atende as "exigências inadiáveis de nossa evolução constitucional". Além de reafirmar a legitimidade do colégio eleitoral.

Tais argumentos não resistem à análise mais ligeira, e mais elementar.

Basta dizer que em 1964, o Marechal Castelo Branco foi "eleito", por um Congresso Nacional humilhado e amedrontado. Mas vínhamos de um trauma armado e de um trauma social da Nação.

Costa e Silva, porém foi eleito pelo Congresso Nacional, através do voto majoritário da ARENA, sendo substituído por uma junta militar de triste memória, que nem se deu ao luxo de passar por um Colégio Eleitoral.

Chegou a vez de Garrastazu Médici, eleito pela maioria do Congresso Nacional que recentemente havia sofrido mais de 50 cassações de mandatos, e pelo voto de uma centena de Deputados Estaduais, em sua maioria representantes da ARENA.

A Constituição de 1967 fixou alguns critérios para a composição do Colégio Eleitoral, de acordo com as então conveniências do Regime.

Segundo aquela Constituição, com as modificações impostas pela emenda de 1969, esse colegiado se compunha de Deputados Federais e Senadores aqueles que escaparam às cassações e representantes das Assembleias Legislativas.

Pela Constituição de 1967, cada Assembleia indicava três delegados, mais um para cada 500 mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de 4 membros. Era princípio de proporcionalidade para um tipo de eleição direta.

Ernesto Geisel, o sucessor de Médici, nesta longa e enfadonha lista de generais, apresentou uma novidade Sr. Presidente.

A rejeição pelo Congresso Nacional, do projeto de reforma do Poder Judiciário, foi o pretexto para a célebre frase da ditadura da Minoria. Houve a edição do chamado "pacote de abril", que representou um retrocesso no processo de redemocratização do País, que o General-Presidente dizia promover de forma lenta, gradual e progressiva.

Cada Assembleia passou a indicar três delegados, mais um por milhão de habitantes, não podendo nenhuma representação ter menos de 4 membros. Essa alteração, somada à criação dos senadores biônicos, assegurou ao governo a tranquilidade que almejava para impedir a alternância do poder, o que é um objetivo normalíssimo de todos os povos livres, mas infelizmente não consta da cartilha dos ditadores disfarçados de presidentes.

O General Figueiredo chegou ao Poder com o apoio da maioria dos membros desse Colégio Eleitoral, vencendo ao General Euler Bentes Monteiro, apresentado pelo MDB, que assim aproveitou a oportunidade para reafirmar o seu ideário político voltado para a redemocratização do País, através de uma Assembleia Nacional Constituinte, e a realização de eleições livres, de Vereador a Presidente da República.

E o que fez o general Figueiredo?

Mudou novamente as regras do jogo, 4 meses antes das eleições de 1982, para evitar que as oposições, apesar das regras viciadas impostas pelo governo, pudessem ser maioria no Colégio Eleitoral.

Para a sucessão de Figueiredo, o Colégio Eleitoral será

formado por Senadores, entre eles os 22 biônicos, Deputados Federais e por 6 representantes de cada Assembleia, independente do número de eleitores ou de habitantes de cada Estado, o que deu ao pequenino Piauí o mesmo peso de São Paulo.

Graças a essa manobra desleal, Srs. Deputados, passadas as eleições de 1982, verificamos que o partido do governo conseguiu uma maioria de 38 votos no Colégio Eleitoral, ou seja: 362 votos situacionistas contra 324 votos oposicionistas.

E para impedir o restabelecimento de eleições diretas e a revogação das leis de exceção, como a lei de segurança nacional e a lei de imprensa, o General Figueiredo impôs a aprovação da emenda 22, estabelecendo o quorum de dois terços para a aprovação de qualquer reforma constitucional.

Essa famigerada emenda 22, Sr. Presidente, gerou um clamor nacional de protestos e sensibilizou um expressivo contingente de Deputados e Senadores do PDS, o que obrigou o governo e a direção nacional do Partido a fechar a questão. Ou seja: os Deputados e Senadores do PDS foram obrigados a aprovar a emenda 22, sob pena de perda de mandato.

Foi graças a esse procedimento draconiano que o governo conseguiu fraudar ainda mais a composição do Colégio Eleitoral, Srs. Deputados.

Não fosse a emenda 22, as oposições teriam maioria no Colégio Eleitoral, uma vez que venceram as eleições de 1982 nos Estados mais populosos e mais desenvolvidos do País.

Apesar disso o Presidente Figueiredo e os líderes do PDS falam em "legitimidade" do Colégio Eleitoral, Sr. Presidente!

Para a mentalidade autoritária e retrógrada dos homens de 64, as oposições não podem chegar ao Poder pela via indireta, nem pela via direta.

Achamos sinceramente, Srs. Deputados, que exercer o Colégio Eleitoral é gastar velas com defunto ruim.

O povo brasileiro já revelou em diversas oportunidades, que deseja a eleição direta do sucessor do Presidente Figueiredo.

Ainda hoje nesta Assembleia foi apresentado o resultado de uma pesquisa feita na Universidade Federal do Paraná em que mais de 92% de professores, alunos e funcionários da Universidade se mostraram favoráveis à eleição direta, e um percentual de apenas 5% se mostrou contrário.

Tanto isso é verdade, que nas eleições de 82, apesar da camisa de força da Lei Falcão e da vinculação total de votos, as oposições foram apoiadas por 70% do eleitorado, representando 80% da população brasileira, elegendo governadores em 10 Estados, que são responsáveis por 75% da renda interna do País e reúnem a maior porção do território de nossa Pátria.

O que vale dizer, Srs. Deputados, que mais do que um Presidente ilegítimo e os caricatos presidencialistas que aí estão, as oposições têm muito mais moral para falar em nome do povo brasileiro, porque em 82 fizeram aproximadamente 70% do eleitorado e conquistaram territórios que representam 80% da população, e assim mesmo não têm condições para o Colégio Eleitoral indicarem o Presidente da República.

Entendemos que está em jogo neste momento, o futuro da Nação, o que vamos legar aos nossos descendentes em termos de qualidade de vida? Que tipo de instituições o Brasil terá no ano dois mil, se aqui nesta abençoada Terra de Santa Cruz vai prosperar a liberdade ou a opressão, a igualdade de todos perante a lei ou a discriminação odiosa que caracteriza os regimes de força.

A história da humanidade nos ensina que nenhuma ditadura foi capaz de proporcionar harmonia social, nem promover o bem estar dos cidadãos.

É evidente, Srs. Deputados, que não pode haver democracia sem eleições livres, eleições diretas e secretas, com a participação de todos os segmentos da sociedade, ainda que algumas delas nos pareçam exóticas.

Só os espíritos retrógrados e esclerosados podem imaginar que a livre manifestação nuplar e a realização de comícios

podem comprometer a ordem pública.

"A praça é do povo, como o céu é do condor", já dizia Castro Alves, o poeta dos escravos, na campanha da abolição.

Para concluir Srs. Deputados, o povo brasileiro está determinado a reconquistar a democracia neste País, promovendo uma verdadeira revolução, não a revolução armada que se mantém pela força, pelo casuísmo, sistemático de colégios expúrios, mas uma revolução pelo voto que em todos os países civilizados constitui a arma primeira do cidadão. E a nós homens do PMDB, forjados em tantas lutas ao longo destes vinte anos de autoritarismo, coube a missão histórica de descer o instrumento que o povo brasileiro necessitava para sua libertação. Libertação penosa é verdade, mas para a construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e definitivamente democrática.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos, na realidade, de que a campanha para as eleições diretas não é fruto, resultado da ação de um partido político. Engana-se quem acha que são os partidos da Oposição que estão convocando motivando e sensibilizando o povo. A colocação correta e exata é o contrário: o povo é que está empurrando, exigindo e cobrando dos partidos da Oposição este posicionamento público, aberto e comprometido com a causa popular. Não são os partidos da Oposição que estão arrastando o povo para as ruas; é o povo que está exigindo dos políticos um pronunciamento. Esta é a questão primordial nesta campanha das eleições diretas, porque os partidos de Oposição já se movimentaram em outras campanhas tentando levar o povo à praça pública e não conseguiram. O próprio MDB, o PMDB, tentou no passado levar o povo na campanha da anistia e da constituinte e nós fracassamos, não conseguimos levar o povo às ruas.

Hoje o Partido está indo a reboque da expressão popular do povo que cobra, realmente, fim a este regime ditatorial, casuística, que impede o povo de ter a participação, realmente, até da escolha de seus governantes. Por isso, quer nos parecer que o grande divórcio entre o Governo e a Nação se constata exatamente na fala presidencial, quando o Presidente da República devia ser o brasileiro mais bem informado, com mecanismos que possui, inclusive montado num serviço de informações por todo o Brasil, numa rede de informações das mais competentes, para sentir realmente o que o povo sente. E veio o chefe da Nação, incompreensivelmente, tentar provar o contrário para toda a Nação, que eleições diretas hoje constitui em perturbação da ordem pública.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, num simples jogo de futebol há tumulto, como houve ontem em que uma pessoa morre e várias ficaram feridas, num jogo de futebol em que reúnem-se 20 ou 30 mil pessoas. E manifestações públicas, em que levam às ruas centenas e milhares de pessoas, duzentas, trezentas, quatrocentas mil pessoas, nem um só incidente se verifica, e passam campanhas de eleições diretas serem perturbações da ordem, como foi a grande marcha Cascavel a Foz do Iguaçu, em que a população ordeiramente numa via pública, sem perturbar o tráfico faz a sua manifestação livre, exigindo um direito legítimo.

Por isso, realmente, nós assistimos o grande divórcio entre o Governo e a Nação. A Nação representada pelo povo; a Nação exigindo do Governo a participação, e o Governo isolado, divorciado do povo, divorciado da Nação, quer impôr, continua a impôr a sua vontade sobre a vontade nacional.

Nós nos preocupamos na realidade é com o que vai acontecer com o futuro desta Nação.

Se não são os Partidos da Oposição que levam o povo à praça pública; se não são, na verdade, como pretende dizer o PDS, que são os artistas que estão levando o povo à praça pública, eu pergunto: e o dia seguinte? O que acontecerá no dia seguinte? Não o 26 de abril, porque aí é mais um equívoco da

situação em pensar que esta campanha vai terminar no dia 25.

O dia 25 vai haver uma votação no Congresso Nacional. Este dia não vai esgotar a campanha das eleições diretas, porque elas haverão de continuar!

Nós teremos outros dias 25!

Eu pergunto é ao futuro desta Nação: o que vai acontecer? Esta é a resposta que nós queremos que os homens do Governo digam à população brasileira.

O próprio Vice-Presidente da República, o homem do sistema, bem informado, sabedor de todas as tendências internas do situacionismo, muito bem informado, inclusive, nas Forças Armadas, está preocupado com o que vai acontecer depois da convenção do PDS.

Os jornalistas, os "experts" políticos, cronistas políticos, ninguém, de sã consciência, acredita que tudo isto terminará no dia 26; que num passe de mágica, a população vai voltar para casa, do desfecho do Congresso Nacional, baixar a cabeça e se conformar com o que está aí.

Porque, na verdade, o que está ocorrendo nesta Nação é o que o povo se antecipa ao resultado desastroso que haverá de ocorrer no Colégio Eleitoral, quando estes homens que têm todas as possibilidades, as probabilidades de ganharem dentro da convenção do PDS, na realidade o povo se mobiliza para evitar um mal maior, de que passe um "Maluf" ou um "Andreazza". O povo é muito mais sábio do que os governantes.

Estes governantes que acham que no dia seguinte vão continuar a dirigir e governar esta Nação, estão muito enganados! Porque é o povo que cobra. E a força do povo já derrubou a bastilha, e já derrubou centenas e milhares de ditadores que quiseram permanecer indefinidamente.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a colocação que nos cabe fazer aqui, quando o Governo, através de seu chefe maior vem à Nação e diz de que o processo sucessório deverá continuar pela via indireta.

Nós representando a Oposição do Estado do Paraná, não é a primeira vez que dizemos isto. Centenas, quicá milhares de vezes, este Estado e todo o Brasil, foi alertado do grave risco que esta Nação corre, se mais uma vez se tentar camuflar a verdade, se impedir o povo de participar do processo da escolha do Presidente da República.

Ontem à noite, ainda, no programa "CRÍTICA E AUTO - CRÍTICA", da TV Bandeirantes, em que foram ouvidos os dois Governadores, hoje, de maior conceito popular no Brasil, o Governador José Richa pela Oposição, e o Governador Espiridião Amin. Ouvimos ali, de um jovem integrante do PDS, um Governador eleito diretamente pelo voto, Espiridião Amin, dizer de que indiscutivelmente, ante o que está aí, a emenda Dante de Oliveira representa a salvação nacional.

Por isso, Sr. Presidente, a Nação está esgotando a sua dose de paciência. A Nação haverá de entrar num processo de aquecimento pelas decisões políticas. E, oxalá, nós que ocupamos um mandato popular, que temos a obrigação de responder aos anseios do povo, que temos o dever cívico de construir uma legislação que não garroteia o povo, mas uma legislação que permita ao povo se sentir em liberdade, se sentir senhor e construtor do destino desta Nação. Não tenhamos nós, políticos, que sermos varridos do vendaval e da fúria popular que se apossará desta Nação, se as coisas continuarem do mesmo jeito que vêm sendo exercidas depois de 1964.

Fica Sr. Presidente e Srs. Deputados, a nossa preocupação e é bom que se registre aqui, esta preocupação, de que as eleições diretas tomam esta proporção no Brasil inteiro, não porque os partidos de Oposição estão arrastando o povo para as ruas; é o povo que está levando de roldão e

exigindo dos políticos este comprometimento. Desde a elite intelectual como os professores universitários, que apresentaram um índice aqui no Paraná de 94.2% favoráveis a eleições diretas, até o nosso mais humilde trabalhador que se manifesta em favor das diretas.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que o PMDB, o nosso Partido, neste quadrante da vida nacional, neste momento de dificuldades, não está fechado às negociações, não está imune a estudarmos uma fórmula, talvez até conciliatória. Só que, forçosamente, que passe pela restauração deste direito sagrado, legítimo, que é o direito às eleições diretas.

Mas um Presidente indireto, Srs. Deputados, Sr. Presidente, a paciência do povo se esgota. E o povo nos impurra para as ruas, porque o povo não admite de jeito nenhum, que um "Maluf" ou um "Andreazza" assumam a direção maior desta Nação.

Por isso, Srs. Presidente, Srs. Deputados, lamentamos a oportunidade que teve o Presidente da República de dar um alento ao povo brasileiro. Nesta hora de crise, de dificuldades, de angústias, em que a Nação se debate numa das suas mais graves crises, o Presidente da República veio, mais uma vez, aumentar o rol das frustrações deste sofrido povo brasileiro, a não permitir que o povo tome o destino desta Nação em suas mãos. E nós, hoje, vendo os noticiários dos jornais, estamos vendo o que acontece no Chile. Em que a população chilena em mais um dia de protesto, apresenta saldos de mortes de convulsões sociais.

Se tivermos eleições diretas, tenho absoluta certeza, de que não haverá traumas nesta Nação. Mas se nós não tivermos eleições diretas, deve o Presidente da República e todos aqueles que aderirem a sua tese, assumirem a responsabilidade e serem indicados como os grandes responsáveis por jogarem esta Nação no rol e no caso da verdadeira perturbação da ordem pública, que é negar o direito sagrado do povo escolher os seus governantes.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso de seu horário. Declinado. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados: 3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 152/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 95/83), que objetiva doar ao Município de Campo Largo, o edifício localizado na Praça Getúlio Vargas, onde funcionava o antigo Fórum da Comarca, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

Doze Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 152/83.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 157, 172, 173 e 176/83.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 177, 180, 184 e 192/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 99 e 100/83.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de março de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com o fim específico de proceder a sua instalação bem como a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Nelson Buffara e mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Artagão Mattos Leão, Djalma de Almeida César, Amélia Hruschka, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, Caíto Quintana e Hermas Brandão. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a Reunião, deixando a palavra livre. O Deputado Artagão Mattos Leão sugeriu a reeleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, tendo a sua sugestão sido aceita por unanimidade, e os eleitos tomado posse imediatamente. O Deputado Djalma de Almeida César, agradeceu a confiança nele depositada, e solicitou a colaboração de todos nos trabalhos a serem executados pela Comissão com a finalidade de que tragam benefícios ao Poder Legislativo e principalmente à comunidade. O Deputado Gilberto Carvalho agradeceu pela sua reeleição, afirmando pretender continuar com o seu trabalho dentro desta Comissão, o qual já vem desenvolvendo treze anos, sempre trabalhando em favor do povo do Paraná. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Reunião, convocando outra para terça-feira, dia 03 de abril após a sessão plenária. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária.

Deputado DJALMA A. CÉSAR
PRESIDENTE

LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL
SECRETÁRIA

COMISSÃO DA SAÚDE PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DO 1º SIMPÓSIO PARANAENSE SOBRE "POLÍTICAS DE SAÚDE"

De dezesseis a dezenove do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e três, realizou-se no Plenário deste Poder Legislativo, o 1º Simpósio Paranaense Sobre "Políticas de Saúde". Sob a Presidência do Senhor Deputado Nelson Guimarães Vasconcellos e o Coordenador Geral o Senhor Deputado Márcio José de Almeida, o Senhor Presidente deu por aberto o Simpósio, e presentes as seguintes autoridades: o Excelentíssimo Senhor Deputado Trajano Bastos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Dr. Luiz Cordoni Júnior, Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, representante da Sua Excelência, o Senhor José Richa Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Desembareador

Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, representante de Sua Excelência o Senhor Desembargador Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, Presidente do 1.º Simpósio Paranaense Sobre Políticas de Saúde; Excelentíssimo Senhor Deputado Márcio Almeida, Coordenador do 1.º Simpósio Paranaense Sobre Políticas de Saúde; Excelentíssima Senhora Dra. Ana Luíza Schneider Gordin, Superintendente Regional do INAMPS no Paraná, representante de Sua Excelência o Senhor Aloysio Salles Fonseca Presidente do INAMPS; Excelentíssimo Senhor Ziadir Francisco Coutinho, Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - "CEBES" Núcleo de Curitiba; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Renato Bueno, Membro da Comissão de Saúde da Câmara Federal; Excelentíssimo Senhor Dr. Francisco Xavier Bedusche, Diretor do Setor de Saúde do Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura, representante de Sua Excelência o Senhor Maurício Fruet, Prefeito Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Senhor Francisco Miguel Roberto Morais Silva, Diretor do Setor de Ciências de Saúde da Universidade Federal do Paraná, representante de Sua Excelência o Senhor Professor Alcy Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; e o Excelentíssimo Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Líder do Governo e do PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, logo a seguir o Senhor Presidente deu início a 1.ª Mesa-Redonda sobre o tema "Políticas Estaduais de Saúde", Coordenador: Deputado Estadual Nelson Vasconcellos. Participantes: João Yunes, Secretário de Saúde de São Paulo; Eduardo Azeredo Costa, Secretário da Saúde do Rio de Janeiro; Luiz Cordoní Júnior, Secretário de Saúde do Paraná; Germano Bonow, Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul. Às 09:00 horas do dia 17 do corrente mês, com o tema "O papel do Município na prestação de serviços de saúde". Coordenador: Deputado Estadual Basílio Zanusso. Participantes: Nelson R. Santos, Secretário de Saúde de Campinas; Ubaldo Dantas, Prefeito de Itabuna-BA; Lúcio T. Marchese, Secretário de Saúde de Londrina. Às 14:00 horas foi instalada a Sessão de Temas Livres. Coordenador: Deputada Amélia Hruschka. Às 20:00 horas 3.ª Mesa-Redonda. Tema: "O Trabalho dos Profissionais de Saúde diante das novas propostas". Coordenador: Deputado Estadual Orlando Pessuti. Participantes: Lia Fanuck, Secretária de Recursos Humanos do Ministério da Saúde; Maria Terezinha Nóbrega da Silva, Presidente do Sindicato de Enfermagem do Rio de Janeiro; Herval Pina Ribeiro, Secretário Geral da AMB. Às 09:00 horas 4.ª Mesa-Redonda. Tema: "Tecnologia e Assistência a Saúde". Coordenador: Deputado Estadual Tuguio Setogutte. Participantes: Hélio Cordeiro, Presidente da ABRASCO; João Felício Scardua, Presidente da CEME; César Augusto Vieira - OPAS/Brasília; Jorge Cordon, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Às 14:00 Sessão de Temas Livres. Às 20:00 horas 5.ª Mesa-Redonda. Tema: "Financiamento e Administração dos Serviços de Saúde". Coordenador: Deputado Estadual Sérgio Spada. Participantes: Eleutério Rodrigues Neto, INAMPS - RJ.; Sérgio Arouca, Escola Nacional de Saúde Pública; José da Silva Guedes, Secretário de Saúde do Município de São Paulo. E finalizando o "Simpósio Sobre Políticas de Saúde", sob a Presidência do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, agradecendo a presença dos participantes e debatedores, deu o início da discussão da CARTA DE CURITIBA: SAÚDE E DEMOCRACIA. Os participantes do 1.º Simpósio Paranaense sobre Políticas de Saúde, promovido de 16 a 19 de novembro pela Comissão de Saúde-Núcleo de Curitiba (CEBES/CTBA) com o apoio da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social decidem manifestar de público:

1. Apoio integral à proposta de atenção primária à Saúde

como Núcleo Central das novas políticas Estaduais e Municipais de Saúde. É inadiável a extensão da cobertura via serviços básicos de saúde, hierarquizados e regionalizados, norteados e conduzidos democraticamente e com ampla participação comunitária; 2. Para efetiva municipalização dos serviços de saúde é indispensável a ampla participação comunitária através de organizações representativas da sociedade atuando em todas as etapas, desde o planejamento até a avaliação e controle dos serviços prestados; 3. Apoio à municipalização e regionalização dos serviços de saúde, entendido como o deslocamento, para as Prefeituras Municipais e Estados, do eixo e do comando da prestação de serviços médico-sanitários à população. É imprescindível a integração entre os órgãos de saúde dos governos municipais Estaduais e Federal com repasse de apoios técnico e financeiro; 4. Exigência de mais recursos para a rede pública do setor de saúde, provenientes não só da arrecadação da Previdência Social como também da elevação e vinculação de percentuais dos orçamentos dos Estados, Municípios e União, e criação de novas fontes de recursos para investimentos e custeio das ações de saúde. Para isso é urgente a aprovação da reforma tributária que descentralize de forma mais equitativa os recursos públicos e possibilite aos Estados e Municípios recuperar sua autonomia; 5. Exigência de adoção de políticas de recursos humanos balizadas pelo regime do mérito que contemple admissão e remoção por concurso público, ascensão funcional dentro de um plano de cargos e salários, e avaliação de desempenho com o fim de garantir a dinâmica institucional e o aprimoramento profissional. Política esta que deve incentivar a valorização dos profissionais de saúde de nível médio e elementar; 6. Apoio ao incremento da produção de medicamentos pelos laboratórios oficiais e incentivo à pesquisa e tecnologia no campo de saúde. Pela aprovação do Programa de Apoio à Indústria Farmacêutica Nacional atualmente engavetado nos gabinetes da Secretaria de Planejamento em Brasília; 7. Apoio à implantação de projetos de fluoretação da água com alternativa eficaz para promover a saúde bucal; 8. Apoio à implantação de Programas de Atenção Integral à Saúde da Mulher, isentos de qualquer conotação quer natalista quer antinatalista. Repúdio à ingerência indevida do FMI na tentativa de coagir o Governo Brasileiro a adotar o Controle da Natalidade travestido eufemisticamente de Programa de Planejamento Familiar. Exigimos o rompimento do convênio mantido a Benfam e as Secretarias de Saúde dos Governos Estaduais; 9. Apoio à recuperação do caráter comunitário, com fins não lucrativos, das Santas Casas através da sua reorientação administrativa e do repasse de insumos e recursos financeiros por parte do setor público, inclusive para fazer frente aos gastos com atendimentos à população não contribuinte da Previdência Social; 10. Repúdio à política econômica recessionista, determinante do agravamento de já precário estado de saúde do povo em grande parte responsável pelo novo pico da também já crônica crise financeira da Previdência Social. Além de novas políticas setoriais que conduzam à construção de um modelo de assistência médico-sanitário mais justo e de melhor qualidade, a saúde do povo depende do rompimento do acordo com o FMI e da decretação da moratória; 11. Nossa firme convicção de que a democratização da Saúde, representada por maior acesso do povo ao bem-estar e por melhor qualidade dos serviços está estritamente vinculada à democratização da sociedade e do Estado Brasileiro, questão esta representada no momento pela eleição direta para Presidência da República. O resgate da cidadania é uma luta da humanidade. Implica no rompimento com as velhas estruturas sociais. Implica no rompimento com o autoritarismo e com a sociedade desigual. Inclui também a questão sanitária, ou seja além do direito de eleger o Presidente da República e de conquistar uma Assembléia Constituinte, os brasileiros têm o direito à saúde independente da sua condição de contribuinte ou não da Previdência Social independente do seu pensar e do

seu agir. Toda a matéria, documentos e notas taquigráficas referentes ao I Simpósio Paranaense Sobre "Políticas de Saúde", realizados nos dias 16 a 19 de novembro do corrente ano, encontram-se arquivados na Secretaria da Comissão de Saúde deste Poder Legislativo. Assim sendo, e não havendo mais nada a tratar, eu, Iolanda Guimarães Melo de Castro, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, irá, assinada por mim, pelo Exceletíssimo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

Deputado NELSON VASCONCELLOS
Presidente da Comissão do Simpósio de Saúde.

Deputado MÁRCIO ALMEIDA
Coordenador Geral do Simpósio de Saúde.

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO
Secretária da Comissão de Saúde.

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e três, às 09:30 horas, reuniu-se a Comissão

Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos, comunicando o recebimento dos ofícios n.ºs 3699/83, 2004/83 e 98/83. A seguir o Senhor Presidente faz a apresentação da sinópse dos trabalhos realizados pela CPI. O Senhor Presidente deixa a palavra livre aos Senhores Deputados Membros da CPI, para quem queira fazer uso da mesma. Usaram da palavra os Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos, Nílso Sguarezi e Márcio Almeida, discorrendo sobre as atividades desenvolvidas pela CPI no período que ora se encerra. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos da presente reunião, agradecendo a colaboração dos Senhores Membros, bem como, aos funcionários da CPI, comunicando que a próxima reunião ordinária será em data a ser marcada após o recesso parlamentar, mandando lavrar a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Boanerges de Menezes Caldas, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

Deputado RUBENS BUENO
Presidente

BOANERGES DE MENEZES CALDAS
Secretário

R E L A T Ó R I O

Tendo prestado assistência contábil no último exercício financeiro, oferecemos o presente relatório.

1. BALANÇO PATRIMONIAL

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
DISPONÍVEL	2.902.231,71	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
REALIZÁVEL	673.998.695,75	SALDO ANTERIOR	285.193.961,19
IMOBILIZADO	30.100,00	DO EXERCÍCIO	391.391.436,28
TOTAL	676.931.027,46	TOTAL	676.931.027,46

As contas evidenciais neste Balanço exprimem a composição qualitativa do patrimônio do Fundo ao encerrar-se o exercício de 1983, assim interpretadas:

DISPONÍVEL - Representada os saldos em Bancos.

REALIZÁVEL - Representa as importâncias aplicadas em poupança investimentos e em empréstimos concedidos a associados de acordo com o previsto na Lei n. 6639/74.

IMOBILIZADO - Representa os valores aplicados em móveis e utensílios.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Representa o resulta do operacional durante a existência do órgão, que conforme se evidencia no balanço, são apresentados os resultados acumulados dos exercícios anteriores e o resultado do exercício.

2. BALANÇO FINANCEIRO

Este balanço tem por finalidade demonstrar o movimento do exercício. É representado pelos saldos disponíveis, pelos recursos recebidos e pelas despesas realizadas. Está assim sintetizado:

SALDO ANTERIOR	285.193.961,18
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas correntes	519.504.910,81
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesa realizada	391.391.436,28
SALDO PARA 1984	676.931.027,46

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Este demonstrativo indica os detalhes das operações realizadas durante o período, onde pode-se constatar a evolução do Patrimônio Líquido. As causas que fazem variar o Patrimônio Líquido são os resultados obtidos pelo confronto entre as contas de Receitas e Despesas. E, elas assim se representam:

<u>1. RECEITA</u>			
Renda de títulos	407.796.051,47		
Renda de Contribuição	85.278.739,00		
Juros de Empréstimos.....	26.430.120,34	519.504.910,81	
<u>2. DESPESA</u>			
Materiais de Consumo	260.934,98		
Serviços de Terceiros	889.813,00		
Inativos	109.021.246,00		
Seguro	316.130,00		
Despesas Bancárias	17.625.350,55	128.113.474,53	
<u>3. RESULTADO</u>			
Superávit do Exercício	391.391.436,28		

4. CONCLUSÕES

Comparando as receitas verificamos que as do exercício de 1983 foram superiores às do exercício de 1982 em 157,2%; e que as despesas foram acrescidas de apenas 554,8% em relação ao exercício de 1982 em face ao aumento substancial do número de aposentados.

As despesas deste exercício representam 24,6% das receitas; enquanto que as do exercício anterior representam 9,7%.

O resultado operacional do exercício apresentou um saldo favorável, que comparado com o do exercício anterior, ultrapassou-o em 114,6%.

Há de se ressaltar que no exercício de 1983 não foram considerados as rendas de juros e correção monetária das cadernetas de poupança referente ao mês de dezembro, cujo crédito em conta corrente dá-se no primeiro dia de janeiro de 1984.

É o que nos cabia relatar.

ANTONIO MARTINS ANNIBELLI
presidente

VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contado - CRC PR 6635

CONSELHO DELIBERATIVO PARECER

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o BALANÇO GERAL e respectivos BALANCETES relativos ao exercício de 1983, e demais documentos, encontraram tudo na mais perfeita ordem, pelo que, por unanimidade APROVAM e recomendam dar conhecimento à Assembléia Geral.

Curitiba, 1.º de março de 1984.

(aa) TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
PÉRICLES PACHECO DA SILVA
JOSÉ MUGGIATI FILHO

CONSELHO DELIBERATIVO PARECER

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o sumário geral do ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1984, encontraram tudo na mais perfeita ordem, coerência e legalidade, pelo que houvem por bem APROVAR e RECOMENDAR a execução do mesmo.

Curitiba, 21 de dezembro de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
PÉRICLES PACHECO DA SILVA
JOSÉ MUGGIATI FILHO

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANÇO PATRIMONIAL
REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1983

A T I V O	P A S S I V O
CIRCULANTE/ DISPONÍVEL: BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. Agência Centro Cívico 2.902.231,71	PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Saldo em 31 de dezembro de 1982 DO EXERCÍCIO 285.193.961,18 391.391.436,28 676.585.397,46
REALIZÁVEL: BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. Conta Poupança 538.057.062,37	CIRCULANTE EXIGÍVEL
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Conta Poupança 48.017.251,16	IMPOSTO DE RENDA NA FONTE A RECOLHER 74.600,00
VALORES MOBILIÁRIOS 41.666.004,80	SEGURO – APÓLICE 1331 271.030,00 345.630,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS 46.258.377,42	
PERMANENTE IMOBILIZADO: Móveis e Utensílios 30.100,00	
TOTAL DO ATIVO 676.931.027,46	TOTAL DO PASSIVO 676.931.027,46

Reconhecemos a exatidão do presente balanço cujos valores somam a importância de Cr\$ 676.931.027,46 (Seiscentos e setenta e seis milhões e novecentos e trinta e um mil, vinte e sete cruzeiros e quarenta e seis centavos).

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

(a) TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE
Tesoureiro

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC-PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 1983

VARIAÇÕES ATIVAS	VARIAÇÕES PASSIVAS	
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES	
RENTA DE CONTRIBUIÇÕES	DESPESAS DE CUSTEIO	128.113.474,53
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	RESULTADO PATRIMONIAL PELO	
JUROS DE EMPRÉSTIMOS	VERIFICADO NO EXERCÍCIO	391.391.436,28
TOTAL	TOTAL	519.504.910,81

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

(a) TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE
Tesoureiro

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC-PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DE CONTA DE RESULTADO
EXERCÍCIO DE 1983

DÉBITO	CRÉDITO
MATERIAL DE CONSUMO	RENDAS DE TÍTULOS
260.934,98	407.796.051,47
SERVIÇOS DE TERCEIROS	RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES
889.813,00	85.278.739,00
SEGUROS	JUROS DE EMPRÉSTIMOS
316.130,00	26.430.120,34
INATIVOS	
109.021.246,00	
DESPESAS BANCÁRIAS	
17.625.350,55	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
391.391.436,28	
TOTAL	TOTAL
519.504.910,81	519.504.910,81

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

(a) TERCIO ALVES ALBUQUERQUE
Tesoureiro

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC-PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE ENCERRADO EM 31 DE JANEIRO DE 1984

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL	
Banco do Estado do Paraná C.C. 3138	2.020.803,84	Seguros - Apólice 1331	464.030,00
Banco do Estado do Paraná . C.C. 29600	1.803.760,00		
REALIZÁVEL		PATRIMÔNIO	
Banco do Estado do Paraná - Poupança	581.844.146,10	Patrimônio Líquido	676.585.397,46
Caixa Econômica Federal - Poupança	51.924.895,05		
Valores Mobiliários	73.729.032,88	RECEITA	
Empréstimos Concedidos	40.655.287,42	Renda de Contribuições	19.613.224,00
	748.153.361,45	Renda de Títulos	51.876.820,70
		Juros de Empréstimos	3.265.090,99
		Outras Rendas	1.803.760,00
			76.558.895,68
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	30.100,00		
DESPESA			
Material de Consumo	2.350,00		
Despesas Bancárias	1.597.947,85		
TOTAL	753.608.323,14	TOTAL	753.608.323,14

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 753.608.323,14 (setecentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e oito mil, trezentos e vinte e três cruzeiros e quatorze centavos).

(a) TERCIO ALVES ALBUQUERQUE
Tesorero

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE ENCERRADO EM 29 DE FEVEREIRO DE 1984

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL	
Banco do Estado do Paraná - C.C. 3138	1.528.116,18	Seguro - Apólice 1331	1.196.380,00
Banco do Estado do Paraná - C.C. 29600	3.280.913,34	Títulos Descontados	560.000.000,00
	4.809.029,52		561.196.380,00
REALIZÁVEL		PATRIMÔNIO	
Banco do Estado do Paraná - Poupança	642.059.196,77	Patrimônio Líquido	676.585.397,46
Caixa Econômica Federal - Poupança	57.298.602,43		
Valores Mobiliários	162.152.283,04		
Empréstimos Concedidos	36.096.204,42		
Títulos a Receber	560.000.000,00		
	1.457.606.286,66		
IMOBILIZADO		RECEITA	
Móveis e Utensílios	30.100,00	Renda de Contribuições	92.194.957,00
		Renda de Títulos	127.159.067,91
		Juros de Empréstimos	6.918.808,98
		Outras Rendas	15.268.486,68
			241.541.320,57
DESPESA			
Inativos	15.116.298,00		
Serviços ed Terceiros	57.120,00		
Materiais de Consumo	47.950,00		
Seguros	58.366,00		
Despesas Bancárias	1.597.947,85		
	16.877.681,85		
TOTAL	1.479.323.098,03	TOTAL	1.479.323.098,03

Reconhecemos a exatidão do presente Balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 1.479.323.098,03 (um bilhão, quatrocentos e setenta e nove milhões, trezentos e vinte e três mil e noventa e oito cruzeiros e três centavos).

(a) TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE
Tesoureiro

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC PR-6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 1984

A T I V O	P A S S I V O			
DISPONÍVEL	EXIGÍVEL			
Caixa	64.085.324,00	Seguro Apólice 1331	1.233.680,00	
Banco do Estado do Paraná - C/C 3138	4.317.708,48	Títulos Descontados	795.000.000,00	
Banco do Estado do Paraná - C/C 29600	4.268.606,68	Contas Transitórias	2.351.149,00	798.584.829,00
REALIZÁVEL	PATRIMÔNIO			
Banco do Estado do Paraná - Poupança	724.637.640,35	Patrimônio Líquido		676.585.397,46
Caixa Econômica Federal - Poupança	64.668.062,17			
Valores Mobiliários	229.516.347,73			
Empréstimos Concedidos	29.214.904,42			
Títulos a Receber	795.000.000,00	RECEITA		
	1.843.036.954,67	Renda de Contribuições	226.229.019,00	
		Renda de Títulos	220.068.878,22	
		Juros de Empréstimos	10.399.178,98	
		Outras Rendas	16.256.180,02	472.953.256,22
IMOBILIZADO				
Móveis e Utensílios	30.100,00			
DESPESA				
Inativos	30.516.193,00			
Serviços de Terceiros	114.240,00			
Materiais de Consumo	69.235,00			
Seguros	87.173,00			
Despesas Bancárias	1.597.947,85			
TOTAL	1.948.123.482,68	TOTAL	1.948.123.482,68	

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 1.948.123.482,68 (um bilhão, novecentos e quarenta e oito milhões cento e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e dois cruzeiros e sessenta e oito centavos).

(a) TERCIO ALVES ALBUQUERQUE
Tesoureiro

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC PR-6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA — ESTADO DO PARANÁ

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1984

RESUMO GERAL DA RECEITA

Em Cr\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RUBRICA	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES			2.175.000.000
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			644.000.000
1210.000.00	Contribuições Sociais		644.000.000	
1210.01.00	Contribuição da Assembléia Legislativa	375.500.000		
1210.02.00	Contribuição dos Deputados	234.500.000		
1210.03.00	Contribuição dos Aposentados	19.000.000		
1210.04.00	Contribuição dos Facultativos	14.000.000		
1210.05.00	Contribuição do Estado (art. 23)	1.000.000		
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			1.530.000.000
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários		1.530.000.000	
1321.00.00	Rendimentos de Títulos	1.500.000.000		
1322.000.0	Juros de Empréstimos	30.000.000		
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			1.000.000
1990.000.0	Receitas Diversas		1.000.000	
1990.99.00	Outras Receitas	1.000.000		

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA -- ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1984
DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA -- CONSOLIDAÇÃO GERAL

Em Cr\$ 1,00				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			373.000.000
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			23.000.000
3.1.2.0	Material de Consumo		600.000	
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos		22.400.000	
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	3.000.000		
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	19.400.000		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			350.000.000
3.2.5.0	Transferências a Pessoas		350.000.000	
3.2.5.1	Inativos	350.000.000		
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			1.802.000.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS			1.802.000.000
4.2.7.0	Concessão de Empréstimos		60.000.000	
4.2.9.0	Diversas Inversões Financeiras		1.742.000.000	
			TOTAL	2.175.000.000

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA – ESTADO DO PARANÁ

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1984

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÓMICAS (ANEXO 1)

Em Cr\$ 1,00

RECEITA	DESPESA
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	DESPESAS DE CUSTEIO
RECEITA PATRIMONIAL	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
TOTAL	SUPERAVIT
	TOTAL
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	DESPESAS DE CAPITAL
	INVERSÕES FINANCEIRAS
TOTAL	TOTAL

RESUMO		
RECEITAS CORRENTES	2.175.000.000	DESPESAS CORRENTES
		DESPESAS DE CAPITAL
TOTAL	2.175.000.000	TOTAL